



PARECER PRÉVIO Nº 129/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 10955/2015.

Apenso: Processos nºs 11510/2020, 10603/2015.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Carauari.

4- Exercício: 2014.

5- Responsável: Sr. Francisco Costa dos Santos - Prefeitura Municipal de Carauari

6- Advogado: Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4331 e Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM 6975 e Caroline Mota Vieira - OAB/AM nº 10.505,

7- Unidade Técnica: DICAMI e DICOP.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 3475/2023-MPC-EFC, da Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.

9- Relator: Conselheiro Josué Cláudio de Souza Neto.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Carauari. Exercício de 2014.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a aprovação com ressalvas das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, "a" item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal as aprovações com ressalvas Contas Gerais da Prefeitura Municipal de Carauari, exercício de 2014 de responsabilidade do **Sr. Francisco Costa dos Santos** - Prefeito Municipal, nos termos do art. 1º, inciso I, c/c o art. 58, alínea "c", da Lei nº 2.423/96 e art. 11, inciso III, alínea "a", item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, c/c art. 22, II, alínea "b" e o art. 24, ambos da Lei nº 2.423/96-TCE;

11- Ata: 29ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 22 de Agosto de 2023.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em substituição), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).



PARECER PRÉVIO Nº 129/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente, em substituição

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO
Conselheiro Relator

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro

LUIS FABIAN PEREIRA BARBOSA
Conselheiro

ALBER FURTADO DE OLIVEIRA JÚNIOR
Conselheiro-Convocado

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral



ACÓRDÃO Nº 129/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 129/2023 – TCE – Tribunal Pleno)

1- Processo TCE - AM nº 10955/2015.

Apenso: Processos nºs 11510/2020, 10603/2015.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Carauari.

4- Exercício: 2014.

5- Responsável: Sr. Francisco Costa dos Santos - Prefeitura Municipal de Carauari

6- Advogado: Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4331 e Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM 6975.

7- Unidade Técnica: DICAMI e DICOP.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 3475/2023-MPC-EFC, da Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.

9- Relator: Conselheiro Josué Cláudio de Souza Neto.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Carauari. Exercício de 2014.

Recomendação. Determinação. Ciência.
Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Recomendar à Prefeitura Municipal de Carauari que:

10.1.1 controle Interno funcione de forma eficiente;

10.1.2 observe com o máximo zelo as disposições da Lei Complementar nº 131/2009 – Lei da Transparência;

10.1.3 observe com cautela a Lei complementar nº 101/2000;

10.1.4 observe com o máximo zelo a Lei nº 4.320/64, principalmente quanto às fases da despesa pública;



ACÓRDÃO Nº 129/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 129/2023 – TCE – Tribunal Pleno)

- 10.1.5** cumpra rigorosamente os prazos para publicação dos Relatórios de Gestão Fiscal e Relatório Resumido da Execução Orçamentária, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal;
- 10.1.6** cumpra rigorosamente o prazo para o repasse do duodécimo à Câmara Municipal;
- 10.1.7** cumpra rigorosamente os prazos para a remessa de dados à esta Corte de Contas por meio eletrônico;
- 10.1.8** mantenha os documentos contábeis na sede da Prefeitura;
- 10.1.9** cumpra rigorosamente os prazos para o repasse das contribuições sociais ao ente devido;
- 10.2. Determinar** o encaminhamento, após a publicação, do Parecer Prévio, acompanhado deste Voto e de cópia integral destes autos à respectiva Câmara Municipal, para que, nos termos do art. 127, §§ 5º, 6º e 7º da Constituição do Estado do Amazonas, proceda o julgamento das contas do Prefeito Municipal no prazo de 60 (sessenta) dias após a respectiva publicação no Diário Oficial do Estado ou o equivalente, estando a Câmara Municipal em recesso, até o sexagésimo dia do início da sessão legislativa seguinte; Decorrido esse prazo, sem deliberação pela Câmara Municipal, que as contas juntamente com o parecer do Tribunal sejam incluídos na ordem do dia, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos, para que ultime a votação; O parecer prévio, somente deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.
- 10.3. Dar ciência** ao **Sr. Francisco Costa dos Santos** e demais interessados;
- 10.4. Arquivar** os presentes autos nos termos regimentais.



ACÓRDÃO Nº 129/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 129/2023 – TCE – Tribunal Pleno)

- 11- **Ata:** 29ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
12- **Data da Sessão:** 22 de Agosto de 2023.
13- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em substituição), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).
14- **Representante do Ministério Público:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente, em substituição

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO
Conselheiro Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral